

# Panorama

## REGRAS PARA A CATALOGAÇÃO DE AUTORES BRASILEIROS E PORTUGUESES \*

### APRESENTAÇÃO

Embora a Catalogação seja um dos mais antigos processos da Biblioteconomia, dando, conseqüentemente, origem a inúmeros trabalhos individuais e coletivos, é justamente neste campo que surgem as maiores controvérsias e os mais intrincados problemas, eis que, entre os obstáculos a serem superados, existem as tradições locais — muralhas não raro inexpugnáveis — que dificultam as tentativas de uma unificação, necessária e imprescindível, sob o aspecto do Controle Bibliográfico Universal.

Se, no seu todo, a Catalogação constitui grande problema, urn, entre os ramos em que se subdivide, ressalta pelas controvérsias que suscita.

Referimo-nos, especificamente, à catalogação de autores individuais e coletivos. Em relação a estes últimos, além das dificuldades surgidas na elaboração dos cabeçalhos, devido às mais variadas interpretações passíveis de ocorrer na aplicação das regras dos códigos, das adaptações locais nem sempre norteadas por princípios estabelecidos internacionalmente, há as que decorrem das constantes mudanças administrativas, tanto na esfera municipal, como na estadual e na federal: fusão e/ou extinção de unidades, criação de novas subdivisões dentro de determinado órgão e muitas outras mutações possíveis, já apontadas pelos autores que se têm dedicado ao estudo da normalização dos cabeçalhos de entidades coletivas. Quanto ao estabelecimento de regras para a catalogação de autores individuais, temos para nós que o problema é ainda mais complexo, por envolver princípios que variam, não só entre as diversas nações, como, não raro, num mesmo país. Outrossim, as práticas arraigadas, mesmo quando notoriamente obsoletas, são barreiras intransponíveis.

Na introdução de "Nomes brasileiros e portugueses: problemas e soluções", apresentamos um breve histórico que evidencia os esforços individuais e coletivos desenvolvidos no Brasil durante anos, sempre com o objetivo de ser alcançada uma solução para o problema da catalogação dos autores

individuais.

Salientamos, no referido trabalho, a influência que, neste campo, exerceu a célebre Assembleia de Bibliotecários das Américas.

Todavia, iniciativa que obteve pleno êxito, no que concerne a uma ação conjunta visando a unificação de regras em âmbito nacional e internacional, foi a reunião preparatória da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Londres em julho de 1959.

A esse encontro, designado "Working Group on Coordination of Cataloguing Principles", compareceram apenas 20 bibliotecários, especialmente convidados pela IFLA que, para a reunião em apreço, contou com o apoio da UNESCO e subvenção do Council on Library Resources.

Durante a reunião supra referida, que durou quinze dias, os participantes estabeleceram as bases da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação. Além disso, em cumprimento às Resoluções aprovadas, comprometeram-se a promover, em seus respectivos países, a instituição de comissões nacionais a fim de que, dois anos mais tarde, ou seja, em outubro de 1961, pudessem apresentar à Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação documentos que expressassem a opinião da maioria dos bibliotecários de seu país ou região.

Foi esta a origem da Comissão Brasileira de Catalogação, cujas bases começamos a lançar em fins de 1959, mas que só foi oficialmente constituída em julho de 1960, por ocasião da 26ª Reunião Geral da FID, no Rio de Janeiro.

Trabalhando com entusiasmo e sempre com alto espírito de cooperação, a Comissão Brasileira de Catalogação conseguiu remover os graves obstáculos de algumas práticas já obsoletas consagradas em determinadas bibliotecas em nosso país, bem como as divergências decorrentes do uso de códigos diversos

\*\* Documento final aprovado no 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1975.

e/ou das adaptações de caráter particular. Desse modo, o documento nº 13, apresentado à Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, representou, realmente, a opinião da maioria dos bibliotecários brasileiros, o que, como já dissemos em vários trabalhos e palestras, foi muito apreciado naquele memorável certame. Para a elaboração do documento em apreço, recorremos, com frequência, às regras propostas e publicadas por Lubetzky em 1960. Ocorre que o AACR, publicado em 1967, apresenta algumas regras que divergem das apresentadas por Lubetzky, nas quais muito nos baseamos. Além disso, certas regras adotadas nos maiores centros de catalogação de São Paulo, como, entre outros, a Biblioteca Municipal "Mário de Andrade" e a Biblioteca Central da USP, antes da elaboração do Documento nº 13 da CIPC, e que foram abandonadas por essas bibliotecas em favor de outras que representavam a preferência da maioria dos membros da Comissão Brasileira de Catalogação, com o correr dos anos, passaram a merecer a aprovação justamente dos grupos que, em 1959 e 1960, não as aceitavam. Daí a necessidade de uma revisão das regras em apreço, à luz da experiência decorrente do uso do AACR desde a sua publicação (1967). Estudos e trocas de ideias nesse sentido intensificaram-se desde o I Simpósio Nacional de Professores de Catalogação (São Paulo, 1970), continuando a suscitar debates por ocasião do II Encontro (Rio de Janeiro, 1974), ao qual compareceram não só professores, como também especialistas em Catalogação. Sônia Maria Trombelli de Hãnai, membro da Comissão de Catalogação do Grupo de Trabalho em Processos Técnicos da Associação Paulista de Bibliotecários, fez um estudo comparativo entre as regras do AACR e as que foram apresentadas na CIPC para a catalogação de nomes brasileiros e portugueses. Tomando como base esse estudo, as bibliotecárias Sônia Maria Trombelli de Hãnai, Regina Carneiro, Rosa Maria Zapff, Vilma Souza Queiroz Di Donato e a signatária desta Apresentação, iniciaram a revisão das regras que figuram no documento nº 13, da CIPC. As modificações propostas são mínimas, porém, temos para nós, ainda surgirão controvérsias. O documento ora divulgado representa o resultado de vários meses de estudos por parte dos componentes da equipe diretamente responsável, que manteve troca de ideias com catalogadores interessados na questão. Em sua edição preliminar, o trabalho foi remetido a todas as associações de bibliotecários e escolas

de Biblioteconomia e Documentação do Brasil. Todavia, só recebemos sugestões da colega Cleide Ancilon de Alencar Pereira, da Universidade Federal do Ceará. Durante a reunião extraordinária da Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos da FEBAB, realizada no dia 25 de julho de 1975, em Brasília, o trabalho foi apresentado para recebimento de críticas, sugestões e aprovação, a fim de poder ser distribuído como um documento de caráter nacional. Compareceram a essa reunião representantes do Ceará, de Pernambuco, da Bahia, de Brasília, da Guanabara, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Como dissemos acima, o documento anterior foi elaborado em 1961, portanto, seis anos antes da publicação do AACR, de modo que, à luz das regras apresentadas no código de 1967, as referentes aos nomes brasileiros exigiam novos estudos para que fossem reformuladas de acordo com os princípios estabelecidos posteriormente à sua compilação. Depois de aprovadas na reunião supra referida, terceira realizada durante o 89 Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, as modificações feitas às regras que figuram na edição brasileira do AACR (Apêndice VIII) foram encaminhadas, a pedido, ao escritório do UBC (Controle Bibliográfico Universal) da IFLA, em Londres, que pretende lançar brevemente nova edição da publicação editada em 1967 sob o título "Names of persons: national usages for entry in catalogues".

#### AGRADECIMENTOS

É-nos grato ressaltar, de modo especial, o trabalho de Sônia Maria Trombelli de Hãnai que foi o ponto inicial dos estudos visando à reformulação de algumas regras, e a meticulosidade e eficiência com que essa operosa colega desenvolveu o estudo comparativo entre o documento sobre nomes brasileiros e as regras do AACR. A Rosa Maria Zapff, Vilma Souza Queiroz Di Donato e, em particular, a Regina Carneiro, que pode ser considerada co-autora do trabalho, nossos melhores agradecimentos pela valiosa colaboração prestada. Não só a equipe responsável, como também os demais membros da Comissão de Catalogação do GTPT da APB, prestaram-nos assistência constante e de grande valia, pelo que nos confessamos sumamente grata.

Maria Luisa Monteiro da Cunha  
Presidente  
Comissão Brasileira de Documentação  
em Processos Técnicos  
São Paulo, 10 de agosto de 1975

## REGRAS PARA A CATALOGAÇÃO DE AUTORES BRASILEIROS E PORTUGUESES

### IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR

Fazer a entrada pelo nome que mais comumente identifica a pessoa, seja o seu nome real, pseudônimo, alcunha, título de nobreza, ou qualquer outra designação.

Bandeira, Manuel  
Rebello, Marques  
Aleijadinho  
Conselheiro, António  
Varnhagen, Francisco Adolfo de, Visconde

### ESCOLHA DO NOME

Para autores não identificados normalmente em suas obras através de algum nome particular, fazer a entrada de acordo com a seguinte ordem de preferência:

- nome identificado nas fontes de referência;
- pelo nome com que é mais frequentemente identificado;
- pelo último nome usado.

### INICIAIS

Iniciais usadas por autores devem ser completadas sempre que possível.

Jorge, José Guilherme de Araújo  
x Jorge, J. G. de Araújo

### ENTRADA

A entrada será pela última palavra do sobrenome seguida, após a vírgula, dos prcnomes, acrescentando-se a data de nascimento e morte, caso esta haja ocorrido.

Almeida, Paulo Nunes de  
Macedo, Joaquim Manuel de

Autores que só adotam sobrenomes e pessoas identificadas apenas por essa forma, têm entrada pelo último elemento, seguido, após a vírgula, de outra(s) parte(s) do(s) sobrenome(s)

Assis, Machado de  
Dourado, Autran  
Lima Sobrinho, Barbosa  
Queirós, Eça de

Quando o sobrenome for constituído de duas ou mais palavras que formam uma expressão individual, a entrada será pelo sobrenome composto.

Castelo Branco, Camilo  
Espírito Santo, Humberto  
Rio Apa, Wilson Galvão do

Sobrenomes ligados por traço de união terão entrada pela primeira parte.

Duque-Estrada, Osório  
Roquete-Pinto, Edgard

Os prefixos e atributos invariáveis tais como Santo, São, etc. que precedem os sobrenomes serão antepostos.

Santo Angelo, Estêvão de  
São Tiago, Paulo de

As preposições e conjunções serão pospostas.

Almeida, Julia Lopes de  
Camargo, José Otávio Monteiro de  
Fonseca, Martinho Augusto da  
Santos, João dos  
Sêva, Artur da Costa e

Excepcionalmente, terão entrada pelo prefixo nomes de pessoas de origem estrangeira, identificados por essa parte do nome.

D'Elia, António  
Di Cavalcanti, Emiliano

bem como aqueles cujos prefixos estão unidos ao nome.

Deabreu, Moacir

Quando o autor não usa todos os prenomes ou emite certos sobrenomes, será dada preferência à forma usada comumente em suas obras e pela qual é geralmente identificado.

Bilac, Olavo  
(Nome completo: Olavo Braz Martins dos  
Guimarães Bilac)

Calmon, Pedro  
(Nome completo: Pedro Calmon Muniz de  
Aragão Bittencourt)

Entrar pelo prenome as pessoas cujo nome não inclui um sobrenome, assim como os autores que só assinam seus trabalhos com o(s) prenome(s). No caso de prenomes múltiplos, já consagrados, a entrada será feita pelo último elemento do nome que adota.

Eneida  
Marta  
Maria, João  
Herculano, Alexandre  
Cândido, António

As palavras "Neto", "Júnior", "Filho", "Sobrinho", figurarão na entrada, em seguida ao último sobrenome, tendo valor na ordenação alfabética.

Ferreira Filho, Manuel Gonçalves  
x Ferreira, Manuel Gonçalves (filho)

Machado Neto, Zahidé  
x Machado, Zahidé (neto)

Escritoras casadas que usam o sobrenome do marido terão entrada por este sobrenome, seguido dos prenomes e de outros sobrenomes que adotam.

Figueiredo, Adelfa Silva Rodrigues de

## PANORAMA

Regra 42A do AACR — Se todas as obras de um autor aparecem somente sob um único pseudônimo, entrar tal autor pelo pseudônimo.

Dinis, Júlio  
x Coelho, Joaquim Guilherme Gomes

Rebello, Marques  
x Cruz, Eddy Dias da

Autores identificados em suas obras sob vários pseudônimos ou que deixaram de adotar um nome anteriormente usado, terão entrada sob o nome verdadeiro.

Lima, Alceu Amoroso  
x Ataíde, Tristão de

Ver Identificação do Autor

Exemplos:

Aleijadinho

x Lisboa, António Francisco  
Silva, António José de  
x O Judeu

Nobres portugueses e brasileiros literariamente conhecidos pelo título de nobreza terão entrada sob esse título seguido do prenome, do sobrenome e do grau de linhagem em vernáculo, com remissivas do sobrenome e do título na forma pela qual são comumente referidos.

Rio Branco, José Maria da Silva Paramos,  
Visconde de, 1819-1880  
x Paramos, José Maria da Silva,  
Visconde do Rio Branco  
x Rio Branco, Visconde de

Nobres portugueses e brasileiros literariamente mais conhecidos pelo sobrenome de família terão entrada

segundo a regra geral, ou seja, pelo último sobrenome, acrescentando-se o título de nobreza logo após o prenome.

Varnhagen, Francisco Adolfo de, Visconde  
de Porto Seguro, 1816-1878

x Porto Seguro, Visconde de

Quando o título de nobreza coincide com o sobrenome, a entrada é pelo sobrenome, seguido dos prenomes e do título de nobreza.

Taunay, Alfredo d'Escagnolle, Visconde  
de Taunay

Os nomes de santos têm entrada, de acordo com o AACR, regra 49C. Exemplos:

Isabel, Rainha de Portugal

x Isabel, Santa

Francisco de Assis, Santo

João de Brito, Santo

Os nomes dos **bem-aventurados** portugueses e brasileiros terão entrada de acordo com as regras estabelecidas para os santos.

Amaro Vaz, Bem-aventurado

Será usada a grafia oficial para os nomes de brasileiros e portugueses ou que adotam a língua portuguesa em seus trabalhos. Excepcionalmente será conservada a grafia original para os nomes de origem estrangeira, para os quais não exista forma correspondente em português, dicionarizada.

Beviláqua, Aquiles

(Assinatura: Achilles Beviláqua)

Carpeaux, Oto Maria

(Assinatura: Otto Maria Carpeaux)

Viana, Hélio

(Assinatura: Hélio Vianna)

Ribeiro, Jannart Moutinho